

# Congresso deve ter convocação extra em janeiro

10 OUT 1988

JORNAL DE BRASÍLIA

Arquivo: 16.9.87

O Congresso Nacional poderá ser convocado extraordinariamente para o mês de janeiro, a fim de discutir e votar as legislações complementar e ordinária. Pelo menos é esta a expectativa de diversos líderes partidários, que consideram impossível durante o esforço concentrado dos meses de outubro (18, 19, e 20) e novembro (de 22 a 25) iniciar estas discussões.

Portanto, o esforço concentrado — marcado para se iniciar hoje — do Congresso, Câmara e Senado dificilmente avaliará questões das legislações ordinária e complementar, como a normatização dos juros em 12% e o piso salarial mínimo.

A pauta de votação ainda não acabou de ser montada pelo secretário-geral da Mesa do Senado, Nerione Cardoso. Ele espera a presença do presidente da casa, Humberto Lucena (PMDB-PB) para decidir quais os decretos que serão colocados em votação na sessão do Congresso, que possivelmente ocorrerá amanhã.

Nove medidas provisórias terão que ser apreciadas neste esforço, pois se isto não for realizado até o dia 5 de outubro, elas deixarão de existir. Além disso, existem inúmeros decretos-leis que, pela nova Constituição, têm prazo de até seis meses para serem votados.

## Câmara

O ainda secretário-geral da Mesa da Câmara, Paulo Affonso Martins de Oliveira (em novembro ele assume no Tribunal de Contas da União — TCU, garantiu que se houver número, amanhã a Câmara se reunirá para escolher o novo 1º vice-presidente da Mesa, já que o deputado Homero Santos (PFL-MG) irá renunciar, também para assumir vaga no TCU.

Existe um vasto número de projetos que deverão ser apreciados, incluindo o do deputado Gastone Righi (PTB-SP), que normatiza



**O secretário Paulo Affonso**

as penalidades para quem não cumprir o tabelamento dos juros em 12%, garantido pela Constituição.

No Senado, ainda existem diversos empréstimos que esperam apreciação do plenário, assim como diversos projetos já aprovados na Câmara dos Deputados. Mas é no Congresso onde estão as principais preocupações. O maior medo é que haja pedido de verificação de **quorum** pois vários líderes temem que o número mínimo exigido — 12 senadores e 81 deputados — não seja alcançado.

“Se conseguirmos colocar em plenário, o número mínimo exigido”, explicam algumas lideranças, “podemos votar por liderança, pois o PT não tem o número mínimo exigido para pedir verificação de voto”.

## Novembro

A maior expectativa é para o esforço concentrado de novembro, quando deverão ser apreciados os regimentos internos da Câmara, Senado e o comum. “Sem isto”, garantiu o líder do PDS, Amaral Neto, “não podemos apreciar nada, pois seria um ato, no mínimo, imaturo”.